

Organização da informação sobre o atendimento de mulheres em situação de violência: ações de informação governamentais no Estado da Bahia-Brasil

Bruna Lessa

Universidade Federal da Bahia, Instituto de Ciência da Informação, Salvador, BA, Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4485-203X>

brunalessa@ufba.br

Maria Luiza F. Crosara

Universidade Federal da Bahia, Instituto de Psicologia, Salvador, BA, Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-6807-3011>

marialuizafcrosara@gmail.com

Bruna Cupertino

Universidade Federal da Bahia, Instituto de Ciência da Informação, Salvador, BA, Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-8797-6670>

sra.brunacupertino@gmail.com

DOI: <https://doi.org/10.26512/rici.v18.n3.2025.59171>

Recebido/Recibido/Received: 2025-07-09

Aceito/Aceptado/Accepted: 2025-08-05

Publicado/Publicado/Published: 2025-11-28

Resumo

Este artigo analisa a organização da informação no contexto das ações governamentais de atendimento a mulheres em situação de violência no estado da Bahia, Brasil. Pesquisa de caráter exploratório, com abordagem qualitativa, identifica e categoriza os principais dispositivos mediadores nas interações da Rede de Atendimento à Mulher, vinculada à Secretaria de Políticas para as Mulheres. A pesquisa mapeia 83 atores distribuídos em 37 municípios, e classifica suas competências em quatro áreas: jurídica, segurança, saúde e assistência social. As ações de informação foram organizadas em três dimensões – mediacional, formativa e relacional – a partir do referencial teórico do conceito de regimes de informação, pela filósofa Maria Nélida González de Gómez. O estudo propõe ainda uma estrutura hipertextual que conecta as práticas informacionais dos atores dessa Rede, fundamentada em referenciais do domínio da Organização do Conhecimento e da Epistemologia Feminista. Os resultados evidenciam que a forma como a informação é produzida, categorizada e compartilhada influencia diretamente no acesso e na qualidade dos serviços, bem como na eficácia no enfrentamento da violência baseada em gênero. A organização da informação, sob múltiplas formas socioculturais e de produção de sentido, estipula um domínio relacional, ao representar o regime de informação no âmbito governamental sobre o Direito da Mulher, assumindo um papel estratégico na articulação de políticas públicas na promoção de direitos e na prevenção da revitimização das mulheres.

Palavras-Chave: Organização da Informação. Violência contra a Mulher. Violência informativa. Regime de informação. Rede de Atendimento à Mulher em situação de violência - Bahia.

Organización de la información sobre la atención a mujeres en situación de violencia: acciones informativas gubernamentales en el estado de Bahía (Brasil)

Resumen

Este artículo analiza la organización de la información en el contexto de las acciones gubernamentales de atención a las mujeres en situación de violencia en el estado de Bahía, Brasil. La investigación, de carácter exploratorio y con un enfoque cualitativo, identifica y categoriza los principales dispositivos mediadores en las interacciones de la Red de Atención a la Mujer, vinculada a la Secretaría de Políticas para las Mujeres. La investigación mapea 83 actores distribuidos en 37 municipios y clasifica sus competencias en cuatro áreas: jurídica, seguridad, salud y asistencia social. Las acciones de información se organizaron en tres dimensiones —mediadora, formativa y relacional— a partir del marco teórico del concepto de regímenes de información, de la filósofa María Nélida González de Gómez. El estudio propone además una estructura hipertextual que conecta las prácticas informativas de los actores de esta Red, basada en referencias del ámbito de la Organización del Conocimiento y la Epistemología Feminista. Los resultados evidencian que la forma en que se produce, categoriza y comparte la información influye directamente en el acceso y la calidad de los servicios, así como en la eficacia en la lucha contra la violencia de género. La organización de la información, bajo múltiples formas socioculturales y de producción de sentido, estipula un dominio relacional, al representar el régimen de información en el ámbito gubernamental sobre los derechos de la mujer, asumiendo un papel estratégico en la articulación de políticas públicas para la promoción de los derechos y la prevención de la revictimización de las mujeres.

Palabras clave: Organización de la información. Violencia contra la mujer. Violencia informativa. Régimen de información. Red de Atención a la Mujer en situación de violencia – Bahía-Brasil.

Organization of information on assistance for women in situations of violence: government information initiatives in the state of Bahia, Brazil

Abstract

This article analyzes the organization of information in the context of government actions to assist women in situations of violence in the state of Bahia, Brazil. An exploratory study with a qualitative approach identifies and categorizes the main mediating devices in the interactions of the Women's Assistance Network, linked to the Secretary of Public Policies for Women. The research maps 83 actors distributed across 37 cities and classifies their competencies into four areas: legal, security, health, and social assistance. Information actions were organized into three areas—mediation, formation, and relations—based on the theoretical framework of information regimes developed by philosopher Maria Nélida González de Gómez. The study also proposes a hypertextual structure that connects the information practices of the actors in this Network, based on references from the field of Knowledge Organization and Feminist Epistemology. The results show that the way information is produced, categorized, and shared directly influences access to and quality of services, as well as the effectiveness in addressing gender-based violence. The organization of information, in multiple sociocultural forms and modes of meaning production, establishes a relational domain by representing the information regime in the governmental sphere on women's rights, assuming a strategic role in the articulation of public policies for the promotion of rights and the prevention of the revictimization of women.

Keywords: Information Organization. Violence against Women. Informational Violence. Information Regime. Network for Assistance to Women in Situations of Violence - Bahia.

1 Introdução

A violência contra a mulher é um fenômeno social e global, um grave problema que demanda profunda sensibilização de ações nas diversas esferas da sociedade e, no contexto acadêmico e científico, impõe investigação das redes e sistemas de informação e comunicação em torno dos quais a mulher em situação de vulnerabilidade se mobiliza. Este estudo, de caráter transversal, apresenta como estão organizadas as ações de informação, sob a perspectiva de González de Gómez (2003, 2012), de modo a analisar a complexidade da informação dentro das redes de atendimento à mulher em situação de violência, em suas dimensões mediacional, formativa e relacional.

Do mesmo modo, sabendo-se que para organizar a informação, parte-se da criação de estruturas (Olson, 2007), neste estudo considera-se a natureza do fenômeno (violência contra a mulher) e a identificação das ações de informação da rede de atendimento para estabelecer relações significativas entre essas ações, a partir de categorias que representam seus diferentes aspectos, bem como a definição de relações entre essas categorias. A organização da informação é aqui compreendida como processo essencial para aprendizagem coletiva, recuperação da informação, troca de conhecimentos e criação de produtos que subsidiem políticas públicas para mulheres, destacando-se, portanto, a necessidade de considerar perspectivas alternativas e mais inclusivas para organizar a informação sobre direito das mulheres, que considere a diversidade de experiências e pontos de vista.

A questão que norteia este estudo, contempla parte dos resultados do Projeto de Pesquisa realizado na Universidade Federal da Bahia-Brasil, que se refere à categorização e identificação dos principais dispositivos mediadores nas interações entre a Rede de atendimento à mulher em situação de violência no estado da Bahia, Brasil, e a sociedade em geral. Assim, por meio de uma pesquisa exploratória, com abordagem qualitativa, realizou-se o levantamento dos atores que compõem esta Rede, com o objetivo de compreender os padrões e relações subjacentes a esse contexto. Além disso, destaca-se que o entendimento dos termos e conceitos relacionados ao gênero, no campo político, cultural e/ou social, é significativo, tendo em vista a transversalidade do tema em várias áreas do conhecimento.

2 Como a organização da informação reflete nos regimes de informação: uma reflexão sob o olhar feminista

O conceito de Regime de Informação surgiu da necessidade de compreender as dinâmicas complexas que envolvem a produção, circulação e controle da informação em diferentes contextos sociais, políticos e culturais. Entre os modelos e abordagens para formação do conceito trazido por González de Gómez (2012), destaca, segundo a autora, uma das mais divulgadas teorias das mediações, para comportar a importância das interações entre diferentes

elementos (tecnológicos, sociais, culturais) na produção e circulação da informação - a Teoria Ator-Rede (Latour, 2012), que enfatiza a interconexão entre atores humanos e não humanos em redes sociotécnicas; e a concepção de poder sem mediações em Foucault, a partir do olhar de Poster (1984), sob o modelo “panóptico”, uma metáfora da vigilância constante, que ilustra como a percepção de estar sendo observado pode levar à internalização das normas e ao controle comportamental das pessoas; o que questiona as estruturas tradicionais de poder e destaca a importância das práticas e discursos na formação dos regimes de informação.

O modelo *Information Chain*, proposto por Weinberg (1963) e Braman (2006), por exemplo, permite compreender de forma analítica as diferentes etapas e processos envolvidos na produção, circulação e uso da informação. Ao analisar como se dá o fluxo informacional, é possível identificar as relações de poder, as práticas de organização e representação da informação, bem como as dinâmicas sociotécnicas que permeiam o campo informacional. Braman (2006), enriquece o modelo ao enfatizar a plasticidade e capilaridade da informação, considerando a complexidade das relações entre informação, poder e sociedade. Ao analisar a cadeia de informação, é possível compreender como a informação circula e, é disseminada em um determinado contexto informacional, perceber os diversos atores envolvidos na cadeia informacional, bem como as práticas e processos que influenciam a produção e o acesso à informação, e repensar como as práticas de organização da informação refletem e reproduzem os regimes de informação dominantes em uma determinada sociedade ou instituição.

Na perspectiva das práticas de organização da informação, Olson (2007) traz o conceito de “conhecimento conectado”, o qual representa uma abordagem mais aberta, interconectada e inclusiva à organização da informação, que contrasta com as formas mais lineares e hierárquicas no qual o conhecimento foi historicamente organizado. Sob o viés da diversidade e inclusão, a autora defende que o conhecimento conectado é aquele que valoriza múltiplas perspectivas e experiências, reconhecendo a importância de uma variedade de vozes e pontos de vista para a organização da informação (Olson, 2007). Isso cria um contraste com abordagens mais tradicionais, que podem refletir preconceitos ou limitações de perspectiva.

A análise de Olson (2007), coaduna com a concepção empirista e pós-estruturalista presente na Teoria do Ponto de Vista Feminista. Tal qual em outras epistemologias sociais, concentra-se nos grupos sociais, na sua posição em relação à sociedade e nas implicações da sua visão ou ponto de vista. Essa Teoria busca compreender como as estruturas sociais e culturais moldam como os grupos sociais veem o mundo e como isso influencia suas experiências e relações, discutindo como essas perspectivas coletivas impactam a distribuição de poder e a desigualdade social. Assim, “A epistemologia do ponto de vista feminista utiliza a

experiência, incluindo a emoção, para compreender a dinâmica da relação das mulheres com o grupo dominante”(Fox; Olson, 2012, p. 95, tradução nossa).

Sob uma concepção similar, Almeida e San Segundo (2021), a partir de um estudo crítico-revisionista acerca da questão do gênero e da mulher na Ciência da Informação, destacam a presença de barreiras culturais que inviabilizam medidas efetivas de inclusão e acesso à informação para as mulheres. As autorias exploram ainda, no âmbito dos estudos voltados para o tratamento da informação, a ausência de aportes teórico-metodológicos mais críticos e sensíveis sobre temas de gênero nos estudos de organização da informação, evidenciando a falta de análises aprofundadas de como as práticas e estruturas existentes podem reproduzir desigualdades, e o impacto nos sistemas de recuperação da informação, os quais podem refletir viés de gênero e perpetuar desigualdades.

Tendo-se a organização da informação em seu processo a representação da informação, essas reflexões apontam para a necessidade de compreender como os significados atribuídos aos fenômenos e as ações de informação, podem influenciar e manter as hierarquias de poder existentes, destacando a importância de promover mudanças e transformações que levem a uma maior igualdade e inclusão para todas as pessoas, por meio da organização do conhecimento.

3 Rede de atendimento à mulher em situação de violência

A rede de enfrentamento e a rede de atendimento à mulher em situação de violência são sistemas de apoio e cuidado, todavia possuem algumas diferenças. Enquanto a rede de enfrentamento tem um foco mais amplo, abordando questões estruturais e sociais que perpetuam a violência baseada em gênero, a rede de atendimento concentra-se no atendimento direto e imediato às vítimas, por meio de estruturas institucionais e governamentais. A rede de enfrentamento busca não apenas assistir às mulheres em situação de violência, mas também prevenir novos casos, promover a igualdade de gênero e garantir a responsabilização dos agressores. Por outro lado, a rede de atendimento visa oferecer suporte e proteção às vítimas, encaminhando-as para os serviços necessários e garantindo seu bem-estar imediato.

Embora municípios e estados brasileiros já venham articulando serviços junto a sociedade civil, a partir desta abordagem em rede, somente no ano de 2024 foi sancionada a lei que prevê a criação da Rede Estadual de Enfrentamento à Violência contra a Mulher e da Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência. A Lei 14.899, de 2024 (Brasil, 2024), reforça a ideia de integração entre representantes de órgãos públicos de segurança, saúde, justiça,

assistência social, educação e direitos humanos, e estabelece a fixação de plano metas para o combate a todo e qualquer tipo de violência contra a mulher.

Destaca-se ainda, no contexto brasileiro, a criação da Casa da Mulher Brasileira, instituída no país pelo Decreto nº 8.086 (Brasil, 2013), como parte do Programa do Governo Federal - *Mulher Viver sem Violência* - com o objetivo de oferecer um atendimento integrado e humanizado às mulheres em situação de violência. A primeira Casa da Mulher Brasileira foi inaugurada em 2013, em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, como parte desse Programa. Posteriormente, a redação foi revogada pelo Decreto nº 10.112/2019 (Brasil, 2019), que instituiu o *Programa Mulher Livre e Protegida*, revogado, novamente, pelo Decreto nº 11.431/2023 (Brasil, 2023), que instituiu o *Programa Mulher Viver sem Violência*.

Andada Marques (2017), destaca que esse Programa surgiu da necessidade de criar um espaço que reunisse diversos serviços especializados em um único local, facilitando o acesso das mulheres em situação de violência a atendimento jurídico, psicológico, social, de saúde e de segurança. Em sua pesquisa, a autora indica como desafio da instituição no seu território, obstáculos no diálogo e interação com outros agentes da rede, o que pode dificultar a integração e a eficácia das ações conjuntas. Acrescenta ainda, a necessidade de sensibilizar as mulheres usuárias do serviço, geralmente de baixa escolaridade, para o retorno aos estudos e preparação para o mercado de trabalho.

Nas próximas seções, delineiam-se o caminho metodológico, o objeto desse estudo, resultados e discussões.

4 Metodologia

O desenvolvimento desta pesquisa, de caráter exploratório, com abordagem qualitativa, tem como objetivo categorizar e identificar os principais dispositivos mediadores nas interações entre a rede de atendimento à mulher em situação de violência. A amostra deste estudo compreende a Rede de atendimento vinculada ao governo estadual da Bahia, que possui 83 atores com sede em 37 municípios e que atendem aos territórios Portal do Sertão, Metropolitano de Salvador, Sudoeste Baiano, Litoral Norte e Agreste Baiano, Piemonte da Diamantina, Médio Rio de Contas, Litoral Sul, Extremo Sul, Bacia do Rio Grande, Costa do Descobrimento, Sertão do São Francisco, Sertão Produtivo, Piemonte Norte do Itapicuru, Médio Rio de Contas, Recôncavo, Sisal, Piemonte do Paraguaçu.

Para categorização das ações de informação da Rede de atendimento, seguiu-se as etapas:

1. Mapeamento dos atores que compõem a Rede, listados pela Secretaria de Políticas para as Mulheres¹ (SPM), do estado da Bahia;
2. Classificação das competências de ações e serviços de diferentes setores/atores;
3. Identificação das ações de informação, adaptado de González de Gómez (2003).

A identificação por territórios municipais e dos responsáveis pela unidade de cada território foi decisiva para a adoção da fonte governamental - SPM, como principal fonte de pesquisa da pesquisa. Esse trajeto introduziu também a competência específica do georreferenciamento de cada ator, permitindo verificar a concentração dos serviços da rede de atendimento nas cidades mais populosas do estado da Bahia e a ausência deles em outras regiões.

A classificação das competências dos atores da Rede conforme os serviços prestados são: jurídica, segurança, assistência social/acolhimento e saúde. Assim, a classificação viabilizou a compreensão das competências dos atores da Rede de atendimento, a partir do levantamento de informação e dados governamentais, facilitando a análise para categorização das ações de informação. Foi então possível a construção do banco de dados em formato de planilha .x/xs (Lessa, 2024), organizada a partir da coleta de extração de dados governamentais disponíveis em ambiente *web*, a respeito desses atores.

Assim, foram categorizadas as ações de atendimento por cada ator e coletada as ações disponibilizadas em seus principais canais de informação.

5 Rede de atendimento à mulher em situação de violência na Bahia

A consolidação da Rede de Atendimento à Mulher em situação de violência, tal como se identifica atualmente, é resultado da luta constante de movimentos de mulheres, que vêm lutando no combate e pelo fim das violências múltiplas baseadas em gênero, há quase quarenta anos no Brasil. Na Bahia, o Grupo de Trabalho para Articulação da Rede de Atenção a Mulher em Situação de Violência, para a Região Metropolitana de Salvador (GT da Rede), já no ano de 2007, articulava, por exemplo, a criação dos Juizados Especializados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e a integração de Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher à Rede. No entanto, infere-se que a participação destes e outros órgãos se deram entre os anos de 2011 e 2012, a partir do que conta no Dossiê elaborado pelo Grupo de Trabalho da Rede de Atenção às Mulheres em Situação de Violência (Grupo de Trabalho...2012).

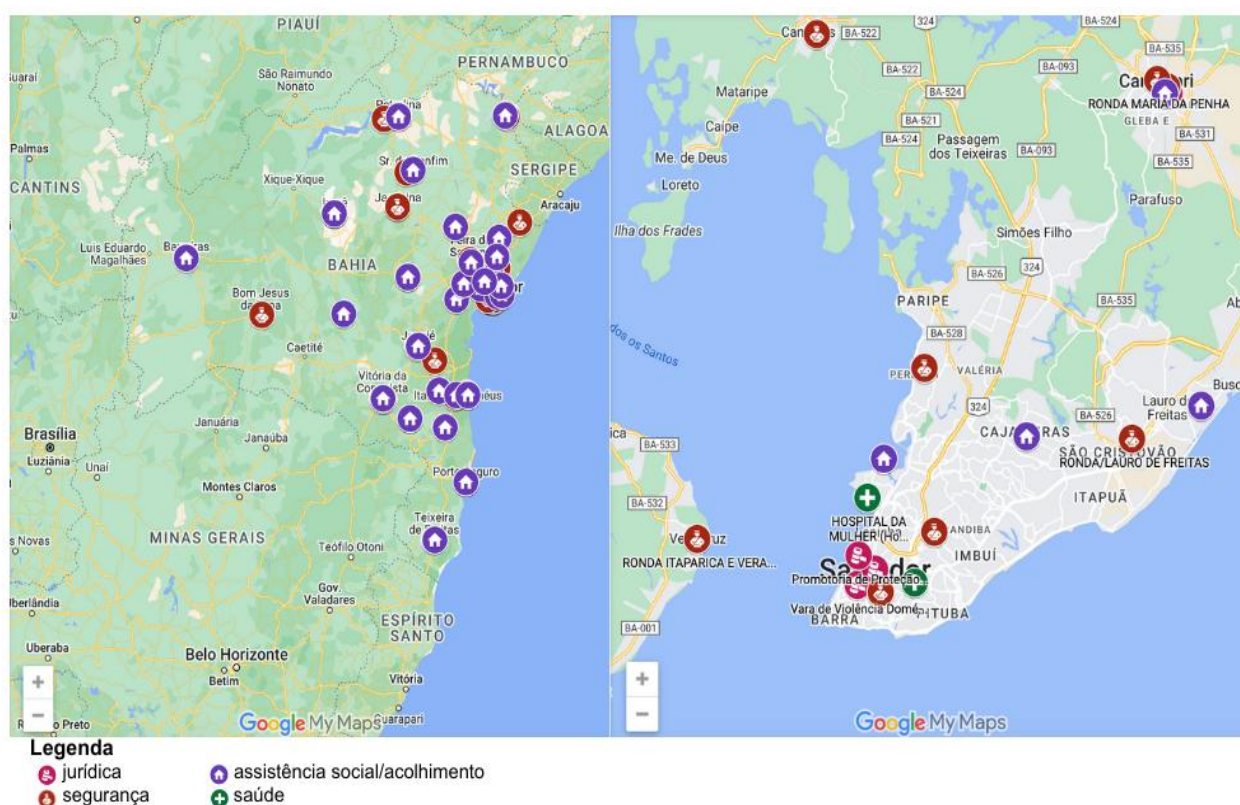
Para além do Pacto e Política Nacional de Enfrentamento à Violência, podem ser citados - como importantes marcos para o fortalecimento da rede de enfrentamento à violência contra as mulheres e da rede de atendimento às mulheres em situação de violência - a promulgação da Lei 11.340/2006 (Lei

¹ Disponível em: <https://www.ba.gov.br/mulheres/>

Maria da Penha) e a criação, em 2005, da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 (Brasil, p. 10, 2011).

A Rede de Atendimento tem o objetivo de garantir o acesso aos serviços nos direitos nos âmbitos de jurídicos, acolhimento, segurança pública e de saúde. Os atores que compõem essa Rede na Bahia são: Varas Especializadas; Casas Abrigo; Casas Acolhimento; Defensoria Pública/NUDEM; Ministério Público; Hospitais; Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM'S); Ronda Maria da Penha/BPPM; Núcleos Especial de Atendimento à Mulher (NEAM'S); Núcleo de Atendimento à Mulher (NAM'S) e o Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM'S). Esses atores estão distribuídos entre as cidades do estado da Bahia, abrangendo também povoados locais.

Figura 1 - Geolocalização dos atores da Rede de atendimento à mulher em situação de violência na Bahia²



Fonte: *Google Maps*, elaborado pelas autoras (2024).

A atuação desses atores da rede de atendimento na garantia desses serviços é fundamental para a diminuição dos casos de feminicídios no estado da Bahia. Anualmente, o índice é atualizado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), junto à Secretaria da Segurança Pública da Bahia (SSP-BA), em formato de infográfico, e os dados são

² Disponível em: <https://l1nk.dev/geolocalizacaorambahia>

extraídos por meio das denúncias registradas em Boletins de Ocorrências (BO), tendo-se a última atualização entre os anos de 2017 e 2023, quando o número de vítimas chegou a 672, com uma média anual de 7,6%. Destaca-se que muitas mulheres vítimas de violência doméstica, por vezes, não reconhecem as formas de violências que sofrem. As taxas de feminicídios no interior do estado são maiores em relação à capital – município de Salvador. O perfil das vítimas, em geral, são mulheres que se identificam como pardas e pretas (negras), com idade entre 30 e 49 anos, e com companheiros (Bahia, 2024).

6 Categorização das ações de informação no atendimento à mulher em situação de violência

As ações de informação são realizadas por atores sociais em diversas atividades e áreas do conhecimento, e estão relacionadas à construção e transformação dos regimes de informação que direcionam o fluxo e distribuição de informações entre os sujeitos e grupos. As dimensões das ações de informação da Rede de atendimento à mulher, adaptadas de González de Gomez (2003), a partir da análise das funções de cada ator da rede (Quadro 1), podem ser compreendidas a partir das seguintes perspectivas:

- 1) **ação de mediação:** ocorre quando a ação de informação atua como mediadora em um contexto mais amplo. Envolve o estabelecimento de canais de comunicação eficazes, compartilhamento de informações relevantes e a colaboração entre os diversos atores envolvidos na Rede;
- 2) **ação formativa:** orientada para a informação não apenas como meio, mas como um fim em si mesma. Inclui a construção de produtos de informação para aprendizado e formulação de políticas públicas voltadas para mulheres em situação de violência;
- 3) **ação relacional:** diz respeito à interação entre diferentes ações de informação, ampliando o espaço de realização e possibilitando novas formas de controle e monitoramento de mulheres em situação de violência.

Quadro 1 - Categorização das ações de informação dos atores da Rede de Atendimento à mulher em situação de violência segundo suas funções e objetivos

		AÇÕES DE INFORMAÇÃO		
COMPETÊNCIA	ATORES	MEDIACIONAL	FORMATIVA	RELACIONAL
Jurídica	Vara especializada (juizados)	- julgamento dos casos de violência contra a mulher, garantindo a aplicação da Lei Maria da Penha e a proteção dos direitos das vítimas;	- promoção da formação de magistrados e servidores judiciais sobre a Lei Maria da Penha e os direitos das	- promoção da integração e articulação entre os diferentes atores envolvidos no
	Defensoria Pública			

	Promotoria de Proteção dos Direitos das Mulheres (MP)	<ul style="list-style-type: none"> - oferecimento de assistência jurídica gratuita às mulheres em situação de violência, auxiliando na solicitação de medidas protetivas, orientação jurídica e acompanhamento dos processos judiciais; - representação dos interesses da sociedade e das vítimas de violência doméstica, promovendo a responsabilização dos agressores e a garantia dos direitos das mulheres 	<p>mulheres, para aprimorar a aplicação da legislação e a qualidade das decisões judiciais;</p> <ul style="list-style-type: none"> - capacitar defensores públicos e equipe técnica sobre a atuação na defesa dos direitos das mulheres, contribuindo para a qualificação do atendimento jurídico e a garantia do acesso à justiça - formação de promotores e procuradores sobre a atuação na área de violência de gênero, capacitando-os para a investigação, denúncia e acompanhamento dos casos de violência contra a mulher 	<p>enfrentamento da violência de gênero</p> <ul style="list-style-type: none"> -oferecer suporte jurídico e emocional, e encaminhar para os serviços especializados; -estabelecer relações de parceria com as instituições da rede de atenção, atuando em conjunto para garantir a efetivação dos direitos das mulheres, a responsabilização dos agressores e a prevenção da violência de gênero
Segurança	Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM's)	- intermediação do acesso das mulheres em situação de violência aos serviços de proteção e assistência e órgãos de segurança pública;	- promoção da conscientização e a educação sobre os direitos das mulheres, a Lei Maria da Penha e as formas de violência doméstica;	- promoção da escuta qualificada, acolhimento humanizado e encaminhamento para os serviços especializados;
	Ronda Maria da Penha	<ul style="list-style-type: none"> - potencializar o registro de ocorrências, e o encaminhamento para suporte psicossocial e jurídico; - solicitação e garantia do cumprimento das medidas protetivas e a segurança das mulheres em situação de violência 	<ul style="list-style-type: none"> - prevenção e o combate à violência de gênero; - orientação e capacitação para as equipes de segurança pública sobre o atendimento adequado às vítimas de violência doméstica, para aprimorar as práticas de proteção e assistência 	<ul style="list-style-type: none"> - desenvolvimento de relações de proximidade e confiança com as vítimas de violência doméstica; - realização de visitas periódicas para verificar a situação de segurança e encaminhar para suporte emocional e jurídico, fortalecendo o vínculo de confiança e proteção.
Assistência social/Acolhimento	Casas de Abrigo	- coordenação de ações e atividades dos diversos atores da rede, garantindo uma abordagem integrada e colaborativa no atendimento às mulheres em situação de violência.	- geração de informações significativas e relevantes para a formulação de políticas públicas voltadas para	- estabelecimento de conexões significativas entre as informações coletadas na rede de atendimento à mulher em situação
	Casas de Acolhimento			
	Núcleo Especial de Atendimento			

	à Mulher (NEAM's)		mulheres em situação de violência;	de violência e as demandas por políticas públicas;
	Núcleo de Atendimento à Mulher (NAM's)			
	Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM's)			
			- definição de indicadores-chave, e coleta de dados específicos; - análise aprofundada das necessidades e desafios enfrentados pelas mulheres na rede de atendimento	- identificar lacunas na prestação de serviços; - avaliar a eficácia das intervenções existentes; - propor recomendações baseadas em evidências para melhorar a qualidade e o alcance dos serviços oferecidos
Saúde	Hospitais da Mulher	- disponibilização de atendimento médico e psicológico às vítimas de violência, realizando o acolhimento inicial; - identificação de sinais de violência e o encaminhamento para os serviços especializados, como as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs); - notificação dos casos de violência contra a mulher às autoridades competentes, contribuindo para a proteção e assistência às vítimas	- formação e capacitação das equipes de saúde sobre o acolhimento às vítimas de violência; - sensibilização dos profissionais de saúde sobre a importância do protocolo de atendimento às vítimas de violência, a abordagem humanizada e a garantia da confidencialidade e segurança das mulheres atendidas	- estabelecimento de parceria e colaboração com os órgãos da rede de atendimento à mulher em situação de violência - encaminhamento adequado das vítimas para os serviços especializados e a continuidade do atendimento

Fonte: Elaborado pelas autoras (2024).

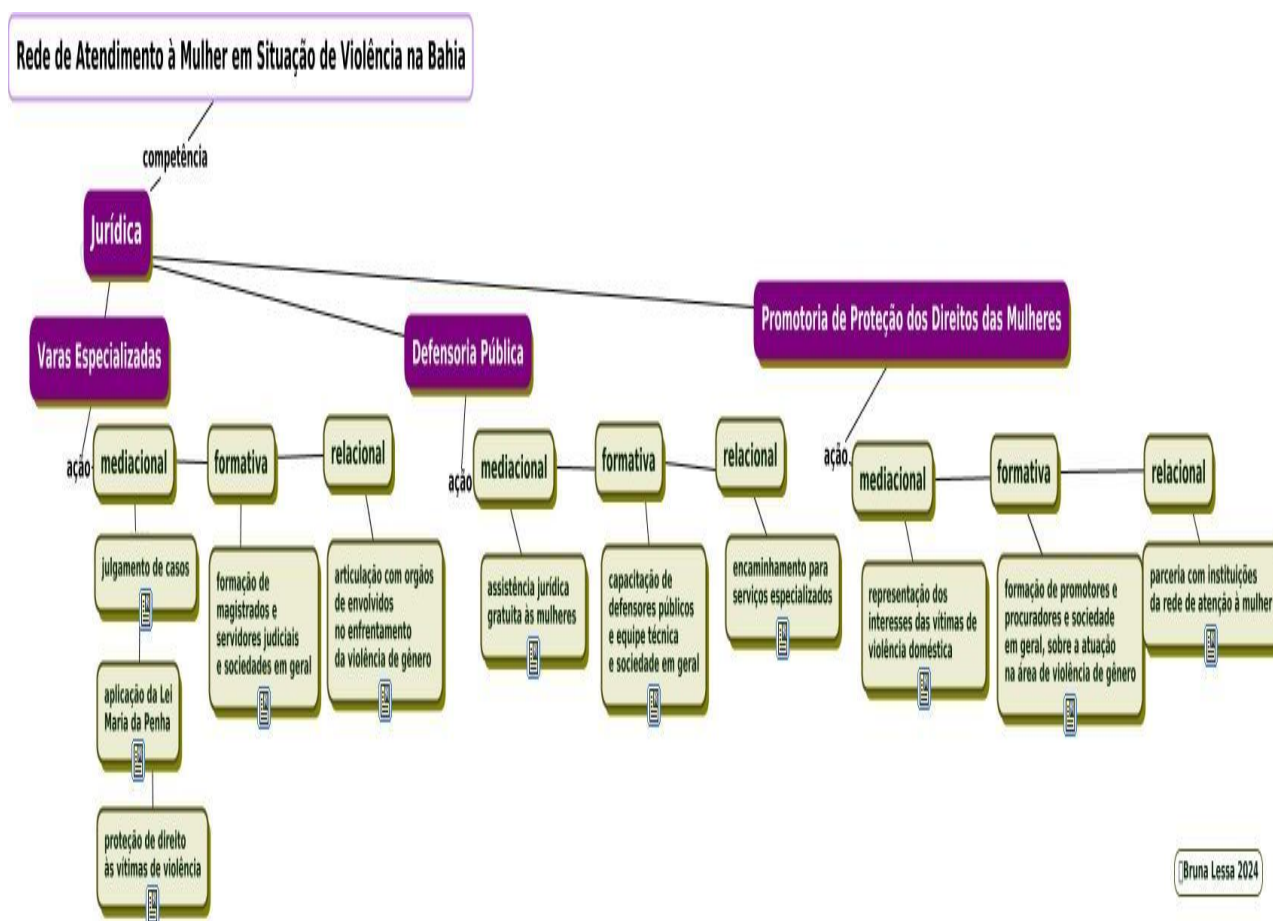
Os atores e suas atividades são classificados de acordo com as modalidades da ação de informação em cada contexto específico. A organização dessas modalidades norteia a acessibilidade e a disponibilidade dos recursos e serviços disponíveis. Assim, com uma estrutura bem definida, potencializa o acesso das mulheres em situação de violência aos diferentes tipos de apoio, sejam eles jurídicos, de saúde, psicossociais ou de segurança. Isso contribui para uma resposta mais rápida e adequada às necessidades das vítimas, promovendo a proteção e o amparo necessários, de maneira a fortalecer a rede no que tange às suas funções e serviços.

7 Organização hipertextual das ações de informação da Rede de atendimento à mulher em situação de violência no estado da Bahia

Como critérios para organização da informação, de modo a dar significado às conexões conforme o *corpus* de análise, as referências temáticas do objeto de estudo, e o levantamento de fontes de informação sobre os atores da Rede, recorreu-se ao conceito de observação colateral, que para Pierce (1977, p. 161) é a “familiaridade com aquilo que o signo denota”, isto é, dependem das interações com a realidade cultural e social para interpretação; e a Teoria Comunicativa da Terminologia, de Cabré (2003), que destaca a perspectiva cognitiva dos termos a partir do seu contexto temático.

Assim, a estrutura do arranjo é hierárquica (sequência pré-definida, em níveis), e as relações semântico-pragmáticas, pois considera os modos de produção da informação dos atores da Rede e, sobretudo, o grupo social que as ações de informação devem ser direcionadas, representados por meio de mapa conceitual (Figura 2), que para Lima (2008, p. 144), é “[...] uma ferramenta apropriada para organizar e representar um domínio do conhecimento, auxiliando a externalização das estruturas cognitivas dos autores de hiperdocumentos”.

Figura 2 - Organização hipertextual das ações de informação da Rede de Atendimento à mulher em situação de violência na Bahia - competência jurídica³



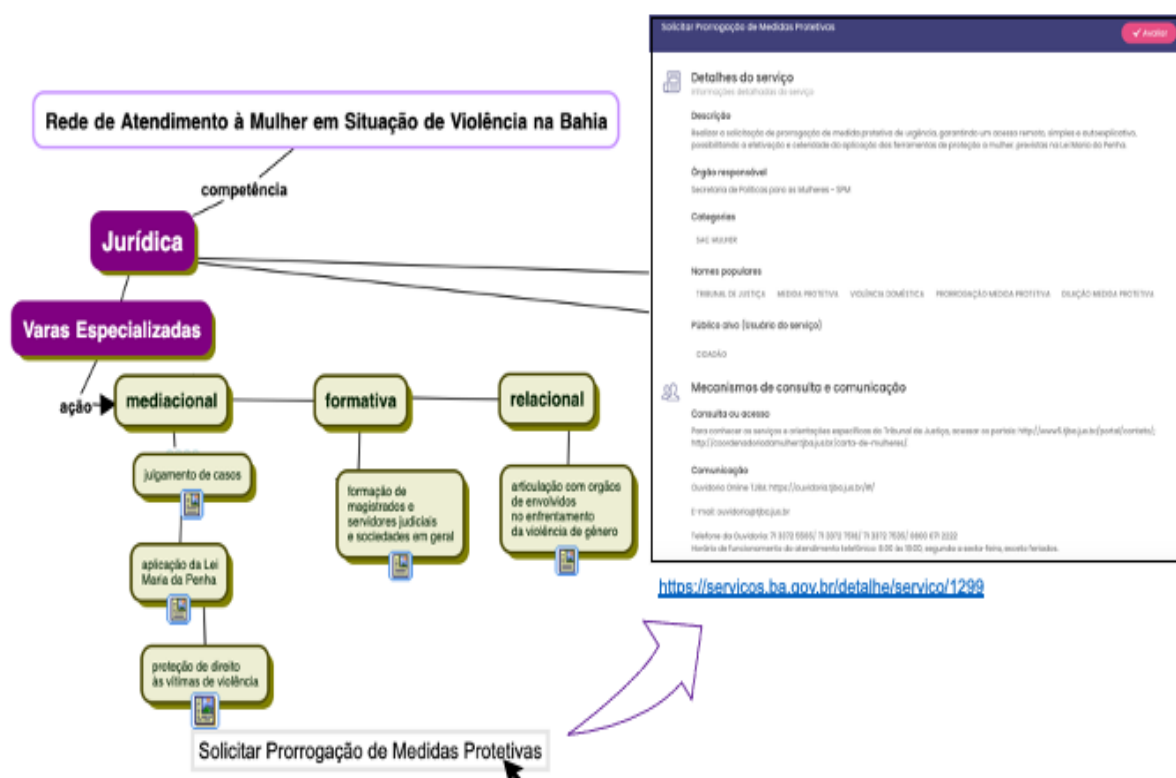
³ Disponível em: <https://cmapscloud.ihmc.us/viewer/cmap/20D2MG00M-L4ZLHD-27BG27>.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2024).

Na Figura 3, apresenta-se o recorte para a organização das ações de informação voltadas para os atores da competência jurídica da Rede. A estrutura considerou as seguintes etapas:

- 1) seleção e elaboração das informações relacionadas para cada modalidade de ação da informação, a partir do Figura 2;
- 2) arranjo dos atores e suas ações de informação;
- 3) agrupamento das práticas que comportam as ações de informação em cada uma das modalidades;
- 4) inclusão de hipertextos para navegação em *links* que conectam e validam as relações entre os atores e suas práticas no enfrentamento à violência contra a mulher (Figura 4).

Figura 3 - Hipertextualização dos atributos das ações de informação da Rede de Atendimento à mulher em situação de violência na Bahia



Fonte: Elaborado pelas autoras (2024).

É complexa a diversidade de atividades desempenhadas pelos atores envolvidos na Rede de atendimento à mulher em situação de violência. A organização das ações de informação, em categorias mediacionais, formativas e relacionais, proposta desta pesquisa, evidencia a abrangência e a importância de diferentes abordagens para garantir um atendimento integral e eficaz às mulheres em situação de vulnerabilidade.

A hipertextualização dos atributos das ações da informação sublinha a interconexão e a interdependência entre os vários atores e práticas dentro da Rede, de modo a conectar e validar as relações entre os atores e suas práticas. Fica claro, portanto, que é necessária uma abordagem integrada e colaborativa para lidar com a violência contra a mulher, no âmbito da organização da informação na *web*. Dessa maneira, esta estrutura hipertextual, além de permitir a navegação e a compreensão das informações, poderá favorecer a troca de conhecimentos e a construção coletiva para estratégias eficazes, operado em um ambiente digital com uma arquitetura da informação adequada.

8 Conclusões

A integração e a articulação entre os diferentes atores e práticas, aliadas a uma compreensão aprofundada das dinâmicas de informação são essenciais para fortalecer às redes de atendimento à mulher em situação de violência, e contribuir para o enfrentamento da violência baseada em gênero. Para garantir que esses serviços operem de modo integrado, o fluxo de informação precisa estar em consonância com a realidade e experiências da mulher vitimizada, de modo a atendê-la de acordo com suas demandas, evitando revitimização.

Por isso, esse trabalho buscou organizar a informação sobre o atendimento às mulheres em situação de violência no estado da Bahia, a partir das ações de informação executadas por cada ator da RAM, conforme disseminadas na *web*. Com o objetivo de uma análise transdisciplinar, que considera a influência das relações de poder nos fluxos de informação, foi utilizada a categorização de ações de informação, apoiada em González de Gómez (2003), que se dividem em ações de mediação, ações relacionais e ações formativas. A organização da informação, portanto, desempenha um papel fundamental na definição e entendimento do regime de informação no contexto da rede de atendimento à mulher, pois, a forma como a informação é estruturada, categorizada e compartilhada, influencia diretamente na eficácia e eficiência dos processos de atendimento e suporte às mulheres que sofrem diversos tipos de violência. Nesse sentido, os resultados apresentados reforçam a necessidade de aprofundar a análise sobre a violência informativa como dimensão crítica e estruturante da exclusão vivenciada por mulheres em situação de vulnerabilidade.

A compreensão da dinâmica do regime de informação nas ações de atendimento às mulheres usuárias dos serviços da Rede, é fundamental para potencializar o cuidado integral e escuta ativa. Ao analisar as ações de informação produzidas por cada ator da Rede, sob uma perspectiva feminista interseccional, foi possível organizar as estratégias e identificar obstáculos que impactam diretamente em seus serviços. Estudos futuros poderão explorar como essas barreiras, sobretudo informacionais, afetam a autonomia das mulheres e comprometem a efetividade das políticas públicas, de modo a propor estratégias que articulem mediação cultural, participação comunitária e justiça informacional, visando a construção de redes de atendimento mais acessíveis, eficazes e humanizadas.

Nesse caminho, a análise das dinâmicas dos fluxos de informação entre os atores da RAM, propostas nesse trabalho, demonstra como a organização da informação, orientada por uma perspectiva feminista interseccional, pode evidenciar dinâmicas de poder que atravessam os regimes de informação, e apontar para a construção de um ecossistema informacional para os serviços de atendimento à mulher mais comprometido com a garantia dos seus direitos.

Agradecimentos

À Universidade Federal da Bahia, por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), o financiamento da pesquisa através da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ).

Referências

ALMEIDA, C. C. de; SAN SEGUNDO, R. Epistemologias feministas e Ciência da Informação: estudos e implicações. **Informação & Informação**, Londrina, v. 26, n. 4, p. 76-108, 2021. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/44464>. Acesso em: 22 maio 2024.

BAHIA. Secretaria de Segurança Pública. **Feminicídios na Bahia**. Bahia: SIAP: SSP-BA: Coest: SEI, 2024. Infográfico. Disponível em: https://sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/textos_discussao/infografico_2024.pdf . Acesso em: 5 jul. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 8.086, de 30 de agosto de 2013**. Institui o Programa Mulher: Viver sem Violência e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/d8086.htm. Acesso em: 20 de junho de 2024.

BRASIL. **Decreto-lei nº 10.112, de 12 de novembro de 2019**. Altera o Decreto nº 8.086, de 30 de agosto de 2013, para dispor sobre o Programa Mulher Segura e Protegida. Brasília, DF: Presidência da República, 2019. Revogado pelo Decreto 11.431, de 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10112.htm. Acesso em: 20 de junho de 2024.

BRASIL. **Decreto nº 11.431, de 8 de março de 2023**. Institui o Programa Mulher Viver sem Violência. Brasília, DF: Presidência da República, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11431.htm. Acesso em: 20 de junho de 2024.

BRASIL. **Lei 14.899, de 17 de junho de 2024**. Dispõe sobre a elaboração e a implementação de plano de metas para o enfrentamento integrado da violência doméstica e familiar contra a mulher, da Rede Estadual de Enfrentamento da Violência contra a Mulher e da Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência. Brasília, DF: Presidência da República, 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2024/Lei/L14899.htm. Acesso em: 20 de junho de 2024.

BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília, DF: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2011. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/copy_of_acervo/outras-referencias/copy2_of_entenda-a-violencia/pdfs/rede-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres. Acesso em: 5 jul. 2024.

CABRÉ, M. T. Theories of terminology: their description, prescription and explanation. **Terminology**, [s. l.], v. 9, n. 2, p. 163-200, 2003.

DELZIOVO, C. R. *et al.* **Rede de apoio às mulheres em situação de violência doméstica**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2022. Disponível em: https://unarus.ufsc.br/saudedamulher/files/2022/02/CARTILHA_ViolenciaMulheres_V2-1.pdf. Acesso em: 5 jul. 2024.

FOX, M. J.; OLSON, H. A. Feminist epistemologies and knowledge organization. In: LEE, H.-L.; SMIRAGLIA, R. (ed.). **Cultural frames of knowledge**. Wurzberg: Ergon Verlag, 2012. p. 79-98.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Escopo e abrangência da Ciência da Informação e a pós-graduação na área: anotações para uma reflexão. **Transinformação**, Campinas, v. 15, n. 1, p. 31-43, 2003.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Regime de informação: construção de um conceito. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 22, n. 3, p. 43-60, set./dez. 2012.

GRUPO de Trabalho da Rede de Atenção às Mulheres em Situação de Violência. **A Bahia e a violência contra mulheres**: dossiê apresentado à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. 2012. Disponível em: <https://www.senado.gov.br/comissoes/documentos/sscepi/DOC%20VCM%20216%20PRINCIPAL.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2024.

LATOUR, B. **Reagregando o social**: uma introdução à Teoria do Ator-Rede. Trad. Gilson César Cardoso de Sousa. Salvador/Bauru: Edufba/Edusc, 2012.

LESSA, B. **Informações sobre atores da Rede de Atendimento à Mulher em situação de violência** [Data set]. 2024. Zenodo. Disponível em: <https://doi.org/10.5281/zenodo.10819288>. Acesso em: 20 maio 2024.

LIMA, G. Â. B. de O. Mapa conceitual como ferramenta para organização do conhecimento em sistema de hipertextos e seus aspectos cognitivos. **Perspectivas em Ciência da Informação**,

Belo Horizonte, v. 9, n. 2, p. 134-145, 2008. Disponível em:
<https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/23650> . Acesso em: 24 maio 2024.

MARQUES, E. E. A. **Programa Mulher, Viver Sem Violência**: Uma Análise de sua Implementação a Partir da Casa da Mulher Brasileira e de Entidades Parceiras. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2017. Relatório de pesquisa a ser apresentado como trabalho de conclusão da disciplina de “Residência em Políticas Públicas”. Disponível em:
https://bdm.unb.br/bitstream/10483/19271/1/2017_ElissaEmilyAndradaMarques_tcc.pdf . Acesso em: 20 maio 2024.

OLSON, H. A. How We Construct Subjects: A Feminist Analysis. **Library Trends**, [Baltimore], v. 56, n. 2, p. 509-541, Fall 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1353/lib.2008.0007> . Acesso em: 20 maio 2024.

PEIRCE, C. S. **Semiótica**. Traduzido por J. T. Coelho Netto. São Paulo: Perspectiva, 1977.

POSTER, M. **Foucault, Marxism and History**: mode of Production *versus* mode of Information. New York: Basil Blackwell, 1984. Disponível em:
<https://archive.org/details/foucaultmarxismh0000post/page/n5/mode/2up> . Acesso em: 20 jan. 2025.